

**KARSTEN S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Karsten S.A. ("Companhia") e suas controladas têm como atividades preponderantes a industrialização e comercialização das seguintes linhas de produtos: cama, mesa, banho e tecidos para decoração e bordar.

A Companhia, com sede na rua Johann Karsten, 260, Testo Salto em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B<sup>3</sup>), sob os códigos CTKA3 (ON) e CTKA4 (PN).

A Companhia possui estrutura e os custos administrativos, gerenciais e operacionais parcialmente compartilhados com as demais empresas controladas.

**Continuidade Operacional**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia acumulou prejuízos no montante de R\$ 392.487 (R\$ 339.803 em 31 de dezembro 2017), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 260.167 (R\$ 208.188 em 31 de dezembro 2017), e o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 368.714 (R\$ 300.910 em 31 de dezembro 2017). O capital circulante líquido negativo é decorrente, em boa parte, pela dívida de debêntures no montante de R\$ 484.643 em 31 de dezembro de 2018, cujo o vencimento final foi dia 10 de janeiro de 2017. A partir de 01 de janeiro de 2015, a Companhia descontinuou os pagamentos referente as debêntures e os montantes vencidos totalizaram R\$ 387.117 em 31 de dezembro de 2017, sendo que até a presente data a Companhia não conseguiu renegociar essa dívida.

A Administração possui diversas ações para a retomada da rentabilidade operacional da Companhia, segue abaixo principais pontos:

- Continuidade da interlocução junto aos debenturistas, visando alterar o cronograma de amortização de forma a adequar o pagamento das debêntures à previsão de geração de caixa da Companhia. Essa adequação está levando em conta as necessidades de investimentos para os próximos anos, necessários para retomada dos resultados positivos e diminuição da alavancagem financeira;
- Foco na gestão de caixa e redução de custos que já apresentam resultados importantes, como aumento do Lucro Bruto da Companhia de 39,8% sobre a ROL em 2017 para 43,1% em 2018;
- Fortalecimento das Marcas da Companhia junto aos Consumidores e Clientes, sendo a expansão do Varejo um grande foco. Em 2018 a Companhia realizou a abertura de novas lojas, uma em Florianópolis e uma em Curitiba, bem como a mudança do endereço da loja

de Porto Alegre. Em 2019 está previsto a abertura de mais lojas no Paraná, a primeira será em Cascavel, bem como o incremento da operação do E-commerce;

- Mapeamento e otimização dos processos internos, visando redução de desperdícios e ineficiências, as quais mostram a diretriz de foco em rentabilidade que a Companhia está seguindo;

A Administração acredita que os resultados das ações acima trarão para a Companhia as melhorias necessárias para equilíbrio financeiro com melhora dos resultados.

## 2 BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2019. Em consonância com o artigo 122 do Estatuto da Companhia, a aprovação das contas da Administração será realizada privativamente pela Assembléia Geral.

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### b) Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição no período abrangido por estas demonstrações contábeis e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelas IFRS’s.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas estimadas com

créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima.

e) Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Contas a receber
- Nota 7 – Estoques
- Nota 11 – Imobilizado
- Nota 12 – Intangível
- Nota 15 – Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos judiciais
- Nota 16 – Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Nota 23 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

#### f) Consolidação

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“*impairment*”) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e das suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas consolidadas:	Percentual de Participações	
	31/12/2018	31/12/2017
<u>Controlada</u>		
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	99,99%	99,99%
Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	99,99%	99,99%
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	99,99%	99,99%
Trucasa Comercial Ltda.	99,99%	99,99%

### 3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração destas Demonstrações contábeis, bem como os principais julgamentos e premissas utilizadas nas estimativas na aplicação das práticas contábeis, estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### a) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de cada transação.

Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e perdas resultantes das variações das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

#### b) Instrumentos financeiros

##### i. Alterações quanto a classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Em 01 de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 / IFRS 9, tendo como principal impacto à alteração na classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39 / IAS 32), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.

##### ii. Instrumentos financeiros não derivativos: classificação, reconhecimento e mensuração.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros ao custo amortizado e passivos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos ou contratados.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros classificados nesta categoria: equivalente de caixa (nota 4), aplicações financeiras (nota 5), contas a receber (nota 6) e outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas.

Tais passivos financeiros ao custo amortizado são representados por fornecedores (nota 13) empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 14), e outros passivos, os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros ao custo amortizado são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Compensação de Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

iv. Valor presente de Instrumentos financeiros não derivativos

O cálculo do valor presente dos ativos e passivos financeiros não derivativos não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

v. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas não possuem operações financeiras com derivativos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Nos termos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 7), incluem os saldos em caixa, em contas correntes (Bancos conta movimento) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e ajustado a valor presente.

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

e) Estoques

De acordo com o CPC 16 (R1) e IAS 2, os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques da Companhia estão registrados pelo custo de aquisição ou produção, incluindo gastos incorridos no transporte, na aquisição, custos de produção, transformação e armazenagem dos estoques. Nos estoques de produtos manufaturados e produtos em elaboração são adicionados os custos gerais de fabricação. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Quando necessário, foram reconhecidas provisão para perdas nos estoques.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. Os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do exercício em que teve origem nos termos do CPC 29 e IAS 41.

g) Imobilizado

A Companhia adotou as políticas do Imobilizado em conformidade com o CPC 27 e Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16.

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.



A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados (arrendamento financeiro) são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

	Vida útil média em anos
Edificações e benfeitorias	39
Máquinas e instalações	15
Veículos	6
Móveis e utensílios	6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

(i) *Software*

Os Softwares são mensurados pelo custo e deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se houver.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

(ii) *Marcas*

As marcas registradas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas têm vida útil indefinida e são testadas anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*).

(iii) *Ágio - Goodwill*

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio resultante na aquisição de controladas é demonstrado como ativo intangível nas

demonstrações contábeis consolidadas. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumulados.

(iv) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(v) *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são de 5 anos.

i) Redução ao valor recuperável conforme CPC 01 (R1) e IAS 36

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuída ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Em conformidade com o CPC 25 e IAS 37, as provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados no encerramento de cada exercício social e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l) Benefício a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros e planos de bônus de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19.

m) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos, quando aplicável.

n) Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

o) Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado como outras receitas quando a subvenção se torna recebível.

p) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

r) Informação por segmento

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 22 e Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 8, um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui os seguintes segmentos de negócio: indústria e varejo, como divulgado na nota explicativa 25.

s) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes normas e interpretações foram emitidas ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com o documento correlato emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia às aplicará apenas na data de sua adoção inicial.

i. CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

ii. ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

#### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	99	72	164	159
Bancos conta movimento	206	825	1.854	1.507
Aplicações financeiras (i)	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>1</u>
	<u>307</u>	<u>898</u>	<u>2.020</u>	<u>1.667</u>

- (i) As aplicações financeiras são remuneradas em média 98% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários). As aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

#### 5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas entre 98% a 100% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários), classificadas no ativo circulante porque estão vinculadas a operações de empréstimos e financiamentos e contrato de energia, ambos com vencimento no curto prazo.

#### 6 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Clientes no país	95.336	100.729	99.927	104.801
Clientes no exterior	8.375	11.004	8.375	11.004
Valores a receber de partes relacionadas (i)	47.544	31.769	-	-
Créditos Eletrobrás a receber	-	2.500	-	2.500
Outras contas a receber	-	384	-	384
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.372)	(3.847)	(4.456)	(3.900)
(-) Ajuste a valor presente	<u>(794)</u>	<u>(920)</u>	<u>(794)</u>	<u>(920)</u>
	<u>146.089</u>	<u>141.619</u>	<u>103.052</u>	<u>113.869</u>
Circulante	145.085	137.731	102.048	109.981
Não Circulante	<u>1.004</u>	<u>3.888</u>	<u>1.004</u>	<u>3.888</u>

- (i) A Companhia apresenta os montantes a receber de parte relacionada dentro do grupo de "clientes", que está detalhado por empresa na nota explicativa 9.

A composição do saldo de contas a receber de clientes, no país e no exterior, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	91.604	97.448	96.110	101.310
Vencidos há 30 dias	1.909	6.071	1.910	6.102
Vencidos de 31 a 60 dias	1.534	2.289	1.535	2.306
Vencidos de 61 a 90 dias	717	484	719	499
Vencidos de 91 a 180 dias	491	394	498	430
Vencidos há mais de 180 dias	<u>7.456</u>	<u>5.047</u>	<u>7.530</u>	<u>5.158</u>
	103.711	111.733	108.302	115.805
Valores a receber de partes relacionadas	47.544	31.769	-	-
Créditos Eletrobrás a receber	-	2.500	-	2.500
Outras contas a receber	-	384	-	384
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.372)	(3.847)	(4.456)	(3.900)
(-) Ajuste a valor presente	<u>(794)</u>	<u>(920)</u>	<u>(794)</u>	<u>(920)</u>
	<u>146.089</u>	<u>141.619</u>	<u>103.052</u>	<u>113.869</u>

O contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas, líquidos da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Reais	137.749	130.628	94.712	102.878
Dólares norte – americanos	8.160	10.991	8.160	10.991
Euros	<u>180</u>	<u>-</u>	<u>180</u>	<u>-</u>
	<u>146.089</u>	<u>141.619</u>	<u>103.052</u>	<u>113.869</u>



A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.898)</u>	<u>(3.221)</u>
Créditos provisionados no exercício	(1.397)	(1.450)
Créditos recuperados no exercício	380	396
Créditos baixados definitivamente por perda	64	371
Créditos renegociados	<u>4</u>	<u>4</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(3.847)</u>	<u>(3.900)</u>
Créditos provisionados no exercício	(1.096)	(1.139)
Créditos recuperados no exercício	309	321
Créditos baixados definitivamente por perda (i)	36	36
Créditos renegociados	<u>226</u>	<u>226</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(4.372)</u>	<u>(4.456)</u>

A Companhia avaliou a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos clientes vencidos há mais de 30 dias, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber e concluiu sobre a necessidade de provisão de R\$ 4.372 e R\$ 4.456 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente.

(i) Créditos baixados definitivamente por perda considera:

- Títulos vencidos são encaminhados à uma empresa de cobrança, onde permanecem por até 90 dias. Após o período de 180 dias, a diretoria financeira realiza a aprovação da baixa definitiva por perda.

A despesa com a constituição para as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas de vendas” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

#### Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possui duplicatas vinculadas a empréstimos e financiamentos (R\$ 6.297 em 31 de dezembro 2017).

## 7 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos e mercadorias	33.468	22.094	37.316	25.494
Produtos em elaboração	24.800	17.087	24.800	17.087
Matérias-primas	16.198	12.514	16.198	12.514
Almoxarifado	3.625	3.182	3.625	3.182
Material de embalagem	327	141	327	141
Importação em andamento	4.689	2.717	4.886	2.861
Adiantamento a fornecedores	-	2.637	-	2.637
Provisão para perdas (i)	<u>(8.253)</u>	<u>(7.007)</u>	<u>(8.458)</u>	<u>(7.007)</u>
	<u>74.854</u>	<u>53.365</u>	<u>78.694</u>	<u>56.909</u>

  

	Controladora	Consolidado
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017	<u>(7.007)</u>	<u>(7.007)</u>
Constituição de Provisão	(1.246)	(1.451)
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2018	<u>(8.253)</u>	<u>(8.458)</u>

(i) A provisão para perda em estoques considera:

- estoques de produtos de coleções sem movimentação acima de 180 dias em que há baixa expectativa de realização e/ou realização com margem negativa; e
- matéria-prima sem movimentação há mais de 90 dias, onde leva-se em consideração o histórico de perda. A constituição de provisão para perdas dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía estoques vinculados a empréstimos e financiamentos (R\$ 812 em 31 de dezembro de 2017).

## 8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PIS/COFINS (i)	1.252	1.327	1.460	1.553
Imposto de renda e contribuição social (ii)	483	401	1.307	1.395
IPI	584	267	584	267
ICMS	2.445	1.586	2.761	1.909
INSS	-	159	-	159
Outros tributos a recuperar	<u>57</u>	<u>269</u>	<u>58</u>	<u>269</u>
	<u>4.821</u>	<u>4.009</u>	<u>6.170</u>	<u>5.552</u>
Circulante	4.393	3.599	5.421	5.101
Não circulante	428	410	749	451

- (i) A Lei nº 11.941/2009, também conhecida como REFIS da Crise, instituiu a possibilidade de parcelamento de débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008. Contudo a Lei nº 12.996/2014, que decorre da conversão em Lei da MP 638/2014 e, alterada pela MP 651/2014 estabeleceu a reabertura, até o dia 25 de agosto de 2014, para adesão ao parcelamento com a inclusão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013. A Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT) e, por conta dessa adesão desfez a contabilização dos valores pagos de parcelamentos anteriores, permanecendo o saldo líquido da dívida em contas passivas específicas do programa. No dia 30 de agosto de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, conforme mencionado na nota explicativa 17.
- (ii) Os créditos referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social são oriundos de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de imposto de períodos anteriores, e estão atualizados até a data do balanço com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – “Selic”.

## 9 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga, na forma de pró-labore, por serviços está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Honorários da diretoria	2.781	2.758
Conselho de administração	<u>1.156</u>	<u>1.125</u>
	<u>3.937</u>	<u>3.883</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

Em 05 de dezembro de 2014, a Companhia aprovou um único plano de Opção de Compras de Ações para os seus Administradores, o qual está detalhado na nota 24.

### b. Participação dos administradores

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado apurado em cada exercício, após deduzidos eventuais prejuízos acumulados e efetuada a provisão para imposto de renda, será destinada uma quantia de até 10% para gratificações para os administradores não podendo ultrapassar o total das remunerações anuais atribuídas aos mesmos. Tal participação será provisionada no resultado do exercício e classificada como despesas gerais e administrativas, caso a Companhia apresente resultados positivos.

c. Transações e saldos – Controladora

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Prazos médios, datas e vencimentos</u>
<b>Ativo circulante</b>				
<u>Valores a receber de partes relacionadas</u> <u>(Nota 6)</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(3)	10	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	314	314	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>47.233</u>	<u>31.445</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>47.544</u>	<u>31.769</u>		
<b>Ativo não circulante</b>				
<u>Valores a receber de partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	1.796	1.535	TIR + CDI	Indeterminado
Trucasa Comercial Ltda.	-	393	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>2.156</u>	<u>7.788</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>3.952</u>	<u>9.716</u>		
<b>Passivo circulante</b>				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(24.268)	(24.268)	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	(2.015)	(1.911)	CDI	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>(603)</u>	<u>(192)</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>(26.886)</u>	<u>(26.371)</u>		
<b>Passivo não circulante</b>				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(10.006)	(10.006)	Sem encargos	Indeterminado
	<u>(10.006)</u>	<u>(10.006)</u>		
Classificado como:	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>		
Fornecedores (Nota 13)	(25.181)	(24.769)		
Débito com controladas	<u>(1.705)</u>	<u>(1.602)</u>		
	<u>(26.886)</u>	<u>(26.371)</u>		

As transações com efeito no resultado estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Vendas		Resultado financeiro	
	2018	2017	2018	2017
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	-	-	262	222
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	-	-	(103)	(145)
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>17.660</u>	<u>16.079</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>17.660</u>	<u>16.079</u>	<u>159</u>	<u>77</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado desses períodos, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

Não são obtidas ou prestadas garantias sobre as transações acima efetuadas nas controladas integrais. As demais transações, substancialmente compras e vendas de produtos e mercadorias, são realizadas de acordo com as tabelas de preços vigentes à época.

A controladora não prestou avais ou fianças em nome de suas controladas.

10 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO DE INVESTIDAS

a. Movimentação dos investimentos

	Investimentos			Passivo a descoberto		
	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	Total investimento	Trucasa Comercial Ltda.	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Total passivo a descoberto
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>17.781</u>	<u>1.520</u>	<u>19.301</u>	<u>(1.121)</u>	<u>(12.770)</u>	<u>(13.891)</u>
Equivalência patrimonial em controladas	(41)	(144)	(185)	(9)	(7.314)	(7.323)
Aumento de Capital	-	-	-	392	-	392
Margem de lucro nos estoques	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>917</u>	<u>917</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>17.740</u>	<u>1.376</u>	<u>19.116</u>	<u>(738)</u>	<u>(19.167)</u>	<u>(19.905)</u>

b. Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2018:

	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Trucasa Comercial Ltda.
Resultado do exercício	(41)	(144)	(7.314)	(9)
Patrimônio líquido				
Capital	68.973	15.206	639	2.977
Reservas de lucros	3.250	-	-	-
(Prejuízos) lucros acumulados	(54.442)	(13.686)	(10.798)	(3.706)
Lucro não realizado nos estoques	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.694)</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido	<u>17.740</u>	<u>1.376</u>	<u>(19.167)</u>	<u>(738)</u>
Quotas	68.973	15.206	639	2.977
Participação no capital social	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

c. Outras informações relevantes sobre os investimentos:

- (i) Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2015, os conselheiros aprovaram a transferência das operações das controladas Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda. localizadas na cidade de Maracanaú no estado do Ceará para a controladora Karsten S.A. na cidade de Blumenau em Santa Catarina. A produção das linhas de cama Trussardi foi retomada a partir do mês de julho de 2015.

- (ii) Karsten Comércio Têxtil Ltda.

Dedicada ao ramo de serviços de licenciamento de franquias da marca Trussardi, comercialização de produtos e ainda prestação de serviço de administração financeira. Em 2015 foram inauguradas três novas lojas em São José (SC), Balneário Camboriú (SC) e Curitiba (PR), em 2016, foi inaugurada a loja de Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP), em 2017 foi inaugurada uma loja em Porto Belo (SC). Por decisão estratégica, em 2018 a Companhia decidiu encerrar a loja de São Paulo, para posterior análise de mercado. Em setembro de 2018 foi inaugurada a loja de Florianópolis (SC) e em outubro uma nova loja em Curitiba. Desta forma, a Companhia pretende ampliar cada vez mais a disponibilidade dos produtos ao consumidor final.



## a. Movimentação

	Controladora						Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	
Taxas de depreciação (%)		2,55	6,71	15,83	16,58		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>45.379</u>	<u>26.389</u>	<u>36.961</u>	<u>3.776</u>	<u>222</u>	<u>4.050</u>	<u>116.777</u>
Adições (i)	6	68	4.602	1.284	150	1.831	7.941
Transferências	90	1.846	1.741	26	-	(3.703)	-
Baixas	-	(1)	(75)	(25)	-	-	(101)
Impairment (Reversão)	-	-	26	13	-	-	39
Depreciação	<u>-</u>	<u>(1.196)</u>	<u>(4.480)</u>	<u>(1.364)</u>	<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>(7.115)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>45.475</u>	<u>27.106</u>	<u>38.775</u>	<u>3.710</u>	<u>297</u>	<u>2.178</u>	<u>117.541</u>
Adições (ii)	1.207	-	5.240	1.318	137	5.992	13.894
Transferência	61	1.263	295	319	(3)	(1.935)	-
Baixas	(893)	-	(3)	(114)	(28)	-	(1.038)
Depreciação	<u>-</u>	<u>(1.266)</u>	<u>(4.584)</u>	<u>(1.325)</u>	<u>(81)</u>	<u>-</u>	<u>(7.256)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>45.850</u>	<u>27.103</u>	<u>39.723</u>	<u>3.908</u>	<u>322</u>	<u>6.235</u>	<u>123.141</u>

- (i) Em 2017 foi investido o montante de R\$ 6.343 em máquinas e equipamentos para melhoria do processo produtivo dos setores de fiação, tecelagem e confecção.
- (ii) Em 2018 foi investido o montante de R\$ 5.535 em máquinas e equipamentos para melhoria do processo produtivo dos setores de beneficiamento e tecelagem.

	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	
Taxa de depreciação (%)		3,19	6,71	16,74	16,58		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	45.379	27.953	36.833	5.312	221	4.051	119.749
Adições	6	232	4.602	1.291	150	1.830	8.111
Transferência	90	1.819	1.741	53	-	(3.703)	-
Baixas	-	(522)	(76)	(107)	-	-	(705)
Impairment (Reversão)	-	450	26	13	-	-	489
Depreciação	<u>-</u>	<u>(1.516)</u>	<u>(4.480)</u>	<u>(1.824)</u>	<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>(7.895)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>45.475</u>	<u>28.416</u>	<u>38.646</u>	<u>4.738</u>	<u>296</u>	<u>2.178</u>	<u>119.749</u>
Adições	1.207	156	5.240	2.059	137	7.093	15.892
Transferência	61	1.260	425	478	(2)	(2.222)	-
Baixas	(893)	(569)	(3)	(468)	(28)	-	(1.961)
Impairment (Reversão)	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	<u>-</u>	<u>(1.533)</u>	<u>(4.583)</u>	<u>(1.735)</u>	<u>(81)</u>	<u>-</u>	<u>(7.932)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>45.850</u>	<u>27.730</u>	<u>39.725</u>	<u>5.072</u>	<u>322</u>	<u>7.049</u>	<u>125.748</u>

b. Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

A movimentação referente ao impairment do imobilizado está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017	(585)
Constituição de provisão	-
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2018	<u>(585)</u>

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui bens do imobilizado registrados contabilmente no valor de R\$ 125.748 (R\$ 119.749 em 31 de dezembro de 2017), avaliados a valor de mercado no valor de R\$ 199.180 (R\$ 200.870 em 31 de dezembro de 2017), dados em garantia para operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 12. INTANGÍVEL

### a. Movimentação

	Controladora			
	Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Total
Taxa de amortização (%)		20,08		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	172	695	2.457	3.324
Adições	10.000	343	-	10.343
Transferências	-	2.457	(2.457)	-
Amortização	-	(659)	-	(659)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>10.172</u>	<u>2.836</u>	<u>-</u>	<u>13.008</u>
Adições	-	365	-	365
Amortização	-	(759)	-	(759)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>10.172</u>	<u>2.442</u>	<u>-</u>	<u>12.614</u>

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Ágio (Goodwill)	Total
Taxa de amortização (%)		20,09			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.147	721	2.458	14	13.340
Adições	(19.500)	355	34	-	(19.111)
Baixas	-	-	(11.199)	-	(11.199)
Transferência	-	2.456	(2.456)	-	-
Impairment (Reversão)	19.500	-	11.199	-	30.699
Amortização	-	(663)	-	-	(663)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>10.147</u>	<u>2.869</u>	<u>36</u>	<u>14</u>	<u>13.066</u>
Adições	-	369	-	-	369
Baixas	-	(4)	(36)	-	(40)
Transferência	25	(25)	-	-	-
Impairment (Reversão)	-	-	-	(14)	(14)
Amortização	-	(763)	-	-	(763)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>10.172</u>	<u>2.446</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.618</u>

### b. Recuperabilidade (impairment) do Intangível

Anualmente ou quando houver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo intangível de acordo com o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda.

Em 2017 e 2018 a Companhia analisou a recuperabilidade do seu imobilizado e do intangível marcas e patentes através do método do valor em uso e as seguintes premissas foram utilizadas para a elaboração do estudo: foram definidas premissas macroeconômicas

de vendas, produção, custo da empresa ou unidade de negócio que foi avaliada. A metodologia e os cálculos foram suportados por avaliadores renomados mundialmente como Aswath Damodaran e Roger G. Ibbotson, dentre outros. As projeções de vendas, custos e despesas foram mensuradas de acordo com a vida útil residual estimada dos ativos da Companhia, sendo definido quinze anos. A taxa de desconto utilizada para trazer o fluxo de caixa a valor presente foi de 13,78% a.a.

A provisão do montante de R\$ 19.500 constituída em 31 de dezembro de 2014 sobre marcas e patentes na Karsten Nordeste, foi revertida em 04 de outubro de 2017 devido a transferência da Marca Trussardi para a Karsten S.A. Em 31 de dezembro de 2018 a controladora não identificou nenhum fato que justificasse a necessidade efetuar uma provisão para perda do Intangível (*impairment*).

Em virtude da baixa utilização do ERP atual, a Administração decidiu pela descontinuidade do projeto e, em 2014, constituiu provisão no montante de R\$ 14.270. A Companhia adquiriu outro ERP e migrou para o novo sistema em 1 de janeiro de 2017, onde reverteu a provisão feita anteriormente.

### 13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores no país	26.136	23.105	26.764	23.509
Fornecedores no exterior	3.001	3.263	3.001	3.263
Valores a pagar de partes relacionadas	25.181	24.769	-	-
(-) Ajuste a valor presente	<u>(221)</u>	<u>(309)</u>	<u>(221)</u>	<u>(309)</u>
	<u>54.097</u>	<u>50.828</u>	<u>29.544</u>	<u>26.463</u>
Circulante	52.978	49.207	28.425	24.842
Não circulante	1.119	1.621	1.119	1.621

## 14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

### a. Composição de saldo

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Moeda nacional					
Debêntures	CDI + 4,5% a.a.	484.643	387.117	484.643	387.117
FINEP	4% a.a.	1.930	2.983	1.930	2.983
BNDES FIXO	4,5% a 8% a.a.	123	221	123	221
BNDES TJLP	TJLP + 7% a.a.	22	41	22	41
Capital de giro	12% a 20% a.a.	2.166	4.722	2.166	4.722
EGF	12,75% a.a.	-	5.244	-	5.244
		<u>488.884</u>	<u>400.328</u>	<u>488.884</u>	<u>400.328</u>
Circulante		486.901	396.088	486.901	396.088
Não circulante		1.983	4.240	1.983	4.240

O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2019	533	2.257	533	2.257
2020	<u>1.450</u>	<u>1.983</u>	<u>1.450</u>	<u>1.983</u>
	<u>1.983</u>	<u>4.240</u>	<u>1.983</u>	<u>4.240</u>

Resumo dos empréstimos por moeda de origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Reais - R\$	488.884	400.328	488.884	400.328
	<u>488.884</u>	<u>400.328</u>	<u>488.884</u>	<u>400.328</u>

### Movimentação dos empréstimos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	400.328	400.328
Juros	98.304	98.304
Pagamento de principal	(8.801)	(8.801)
Pagamento de juros	<u>(947)</u>	<u>(947)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>488.884</u>	<u>488.884</u>

### Debêntures

Em 22 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª emissão de 158 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 158.501, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e legislação aplicável, as quais foram distribuídas em regime de garantia firme.

As debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, contados da sua emissão, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. O vencimento final de ambas as séries, ocorreu no dia 10 de janeiro de 2017, porém não foram pagas. As debêntures têm carência de 15 meses contados da data de emissão para início da amortização de principal e a remuneração incidente sobre elas será paga trimestralmente, a partir da data de emissão, sendo seu valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O custo desse instrumento foi firmado em CDI + 4,5% ao ano.

As debêntures foram emitidas em duas séries conforme a seguir:

- (i) 1ª série: até R\$ 139.040;
- (ii) 2ª série: até R\$ 19.461.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das debêntures foram utilizados para (i) alongamento do perfil de dívida da Companhia e de suas sociedades controladas; e (ii) reforço do seu capital de giro.

Em 16 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral dos Debenturistas aprovou as seguintes alterações nas condições originais de emissão das debêntures:

- redução da taxa de juros da operação de 4,5% a.a para 3% a.a para o período outubro de 2013 a janeiro de 2015;
- carência para o pagamento do principal até janeiro de 2015; e
- carência para pagamento dos juros até outubro de 2014.

Em 13 de março de 2014, em Assembleia Geral dos Debenturistas, os debenturistas aprovaram:

- ratificação de “*waiver*” (consentimento) referente ao não cumprimento dos “*covenants*” (índices financeiros); e
- autorização para a venda e liberação do imóvel denominado ETE (estação de tratamento de efluentes) dado em garantia das debêntures.

Em 04 de abril de 2014, em Assembleia Geral dos Debenturistas, os debenturistas aprovaram:

- estabelecimento de novo índice financeiro, em complemento àqueles constantes da alínea (y) do item 4.13.1 da Escritura de Emissão, representando a obrigação da emissora de que o endividamento máximo seja de R\$ 356.860 em setembro de 2014;
- autorização para que a emissora utilize os recursos da venda da ETE para reforço do capital de giro; e
- autorização para alienação das fazendas de propriedade da emissora e utilização dos recursos para amortização de dívidas mais onerosas para a emissora.

Em 29 de setembro de 2014 houve a entrada de novos acionistas ocorrendo alteração do controle societário da Companhia. Foram retomadas as negociações junto aos credores das debêntures com o objetivo de alterar o cronograma de amortização de forma a adequar o pagamento da operação à previsão de geração de caixa da Companhia. Essa adequação levou em consideração as necessidades de investimentos para os próximos anos necessários para retomar resultados positivos e diminuição da alavancagem financeira.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não atingiu os índices financeiros constantes da alínea (y) do item 4.13.1 da Escritura de Emissão, desta forma não cumprindo os “*covenants*” previstos. Consequentemente, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o saldo das debêntures registrados no passivo não circulante no montante de R\$ 70.533. A partir de 01 de janeiro de 2015, devido a dificuldade de geração de caixa, a Companhia optou em descontinuar com os pagamentos das debêntures. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia também não atingiu os índices financeiros e o “*waiver*” (consentimento) não havia sido emitido. Com o objetivo de adequar o pagamento das debêntures à previsão de geração de caixa da Companhia, em 2016, conforme mencionado na nota 1, a Companhia retomou o processo de interlocução iniciado em setembro de 2014 junto aos credores das debêntures.

Em 09 de maio de 2016 foi ajuizada execução da 1ª Emissão Pública de Debêntures, que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo sob número 1046522-06.2016.8.26.0100, sendo que a Companhia foi devidamente citada em 08 de agosto de 2016. Nesta ação foram nomeados à penhora os mesmos bens imóveis dados em garantia ao título originário. Por entender que os bens indicados a penhora não são suficientes para garantir a execução, o agente fiduciário se manifestou requerendo reforço de penhora de mais um bem imóvel

juntamente com um crédito decorrente de uma ação de cumprimento de sentença em trâmite a favor da Companhia.

Em 01 de dezembro de 2016 o juiz determinou a avaliação, pelo oficial de justiça, dos bens que garantiam a escritura originária. A Companhia interpôs recurso requerendo a conexão entre a execução e a ação cautelar com a consequente suspensão, dos atos executórios até que se julgue em definitivo a ação anteriormente proposta pela devedora, este recurso foi julgado improcedente e a Companhia interpôs embargos de declaração que, por sua vez, também foi indeferido. Agora a Companhia aguarda o julgamento de seu Recurso Especial.

O Tribunal de Justiça ainda decidiu a favor do credor, determinando a penhora no rosto dos autos e, expedição de auto de reforço de penhora do imóvel adicional. Desta decisão a Companhia interpôs mais um agravo de instrumento, alegando que as penhoras não deveriam ter sido deferidas antes de qualquer avaliação, sendo que o recurso foi provido para determinar que se afaste o reforço de penhora requerido. O credor interpôs embargos de declaração, o qual foi indeferido, afastando então assim o reforço de penhora.

Atualmente se discute na execução da primeira emissão de Debêntures os valores de avaliação dos imóveis nomeados à penhora.

Em 09 de agosto de 2017 a Companhia foi citada na execução que tem por objeto a segunda série de emissão de debêntures, na qual foi deferido arresto antes mesmo da citação da Companhia. Desta decisão, a Companhia agravou e, após isto, ocorreu a citação.

Foi lavrado Termo de Penhora em 15 de agosto de 2017 de um imóvel da Companhia que foi mais do que suficiente para garantir a execução que trata da segunda execução de Debêntures, no entanto, mesmo assim, o Credor requereu o bloqueio judicial das contas bancárias, o qual foi deferido e formalizado em fevereiro de 2018.

Em 11 de julho de 2018, foi publicada decisão determinando o levantamento dos valores bloqueados. A Companhia tomou as medidas necessárias e a liberação dos valores ocorreu em novembro de 2018.

b. Cláusulas restritivas

As debêntures mencionadas anteriormente possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Os referidos índices são os seguintes:

- relação entre dívida líquida e EBITDA (refere-se à sigla em inglês para “Lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação e amortização/exaustão”) igual ou inferior a 4,0 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014;
- relação entre EBITDA e despesa financeira líquida maior ou igual a 1,7 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014;



- relação entre ativo circulante e passivo circulante igual ou superior a 1,2 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014.

Conforme informado anteriormente a Companhia não atingiu os índices financeiros de “covenants” em 31 de dezembro de 2014 e por este motivo, a dívida foi reclassificada para o passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2018 esse *status* não se alterou.

Os demais contratos de empréstimos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas.

#### Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 o valor de mercado das garantias de hipotecas de imóveis, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos oferecidos em garantia de operações financeiras representava R\$ 199.180 (R\$ 207.979 em 31 de dezembro de 2017). O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

#### a. Composição das provisões e dos depósitos judiciais

	Controladora			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Depósito judicial	Provisão para contencioso	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	156	1.287	222	1.403
Cíveis	332	448	331	412
Fiscais	<u>1.189</u>	<u>16.373</u>	<u>17</u>	<u>15.893</u>
	<u>1.677</u>	<u>18.108</u>	<u>570</u>	<u>17.708</u>

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Depósito judicial	Provisão para contencioso	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	157	1.302	246	1.403
Cíveis	363	448	331	412
Fiscais	<u>1.189</u>	<u>16.407</u>	<u>17</u>	<u>15.927</u>
	<u>1.709</u>	<u>18.157</u>	<u>594</u>	<u>17.742</u>

b. Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.708	17.742
Pagamento de processos	(400)	(400)
Adições	<u>800</u>	<u>815</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>18.108</u>	<u>18.157</u>

c. Natureza

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, os quais estão sendo discutidos na esfera administrativa e/ou judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Os processos com risco de perda provável são estimados e provisionados pela administração amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- Fiscais - referem-se ao Pedido de Ressarcimento de Crédito Presumido de IPI - Período de 1998 a 2003, Pedido de Ressarcimento de COFINS Não-Cumulativo 3º Trimestre de 2004 e Pedido de Ressarcimento de PIS/Pasep Não-Cumulativo relativo as Exportações realizadas no 3º Trimestre de 2004;
- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Ações cíveis - as principais ações se referem a processos de clientes e outras que são processadas na justiça comum.

- Fiscais: R\$ 148.607 (R\$ 127.262 em 31 de dezembro de 2017), composto por 56 processos. As principais ações referem-se a Auto de Infração, que exige o pagamento de multa isolada em razão da compensação de direitos creditórios existentes em DCTF (CPRB) TRI.00094 no valor de R\$ 60.338; Ação em que se discute o ressarcimento de IPI, créditos básicos do 3º Trimestre de 2011 TRI.00055 no valor de R\$ 14.784; Auto de Infração sobre PIS e COFINS da competência janeiro/2012 a 12/2013 referente aos Créditos Extemporâneos TRI.00072 no valor de R\$ 13.876; Notificação Fiscal de Contribuições Previdenciárias no ano de 2008 TRI.00084 no valor de R\$ 9.296; TRI.00056 no valor de R\$ 6.587; Execução Fiscal sobre Contribuição para financiamento de aposentadorias especiais, do período de 04/1999 a 08/2003 TRI.00093 no valor de R\$ 5.091; Auto de Infração sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o Mútuo no ano de 2006 TRI.00089 no valor de R\$ 4.625; TRI.00057 no valor de R\$ 3.287; Auto de Infração, IRPJ e CSLL dos períodos de 2011 e 2012 em virtude de glosa de despesas financeiras, reconhecimento de IOF em operações de mútuo como despesa dedutível, suposto ganho de capital com alienação de imóvel e créditos de processo ativo considerado como receita tributável no valor de R\$1.959; Auto de Infração sobre IRPJ e CSLL em relação ao ano base 2010, sobre benefício fiscal (subvenção) recebido no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará TRI.00061 no valor de R\$ 1.444; Auto de Infração no ano de 2008 de multa por falta de informações na entrega da GFIPS TRI.00090 no valor de R\$ 1.184 e glosa na declaração de PIS e COFINS no ano de 2006 TRI.00091 no valor de R\$ 1.087; Auto de infração sobre PIS e COFINS TRI.00101 referente utilização de créditos extemporaneamente sem retificação dos respectivos Dacon, referente tratamento de resíduos industriais e de não incluído da base de cálculo do PIS e COFINS créditos presumidos de ICMS R\$ 7.372; Autos de Infração movidos pela SEFAZ/CE totalizando o montante de R\$ 13.764;
- Trabalhistas: R\$ 3.488 (R\$ 722 em 31 de dezembro de 2017), composto por 54 processos. Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Cíveis: R\$ 29.618 (R\$ 29.573 em 31 de dezembro de 2017), composto por 11 processos. O principal processo trata-se de Execução da 2ª Emissão de Debêntures datada de 20/01/2012 referente a quantia de R\$ 29.174 CIV.00024; As demais contingências referem-se a processos de clientes e outras que são processadas na justiça comum.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a. Apuração dos tributos do exercício com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo contábil antes dos impostos	(52.696)	(50.437)	(52.989)	(52.966)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
	17.917	17.149	18.016	18.008
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(2.241)	(1.780)	-	-
Despesas indedutíveis	(446)	(1.891)	(514)	(2.519)
Imposto de renda e contribuição social	15.230	13.478	17.502	15.489
Parcela não reconhecida de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(15.218)	36.436	(17.197)	36.952
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	12	49.914	305	52.441
Corrente	-	-	-	-
Diferido	12	49.914	305	52.441
	12	49.914	305	52.441

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui R\$ 179.322 (R\$ 110.917 em 31 de dezembro de 2017) de prejuízo fiscal e R\$ 181.279 (R\$ 112.874 em 31 de dezembro de 2017) de base negativa de contribuição social que podem ser utilizados para compensar até 30% do lucro tributável anual futuro, por prazo indeterminado. Estes valores de prejuízo fiscal e base negativa são os saldos após a utilização do valor descrito na nota explicativa 17.

Conforme mencionado na nota 1, nos últimos exercícios a Companhia apresentou prejuízos contábeis e fiscais. Devido à falta de um histórico consistente e em face das expectativas atuais da Sociedade sobre a sua possibilidade de geração futura de lucro tributável, não foram atendidas as condições necessárias, para constituição de imposto de renda diferido ativo sobre os referidos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não possuem prazo de prescrição e são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

- (i) Em 30 de março de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária, onde desistiu de parcelamentos anteriores, refinanciou parte do passivo tributário e incluiu novos débitos com vencimento até 30 de novembro de 2016 nos termos da

Medida Provisória. Na composição da dívida a companhia utilizou parte da base de cálculo do prejuízo fiscal no montante de R\$ 115.909 e parte da base de cálculo negativa da CSLL no montante de R\$ 115.909. No dia 30 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, incluindo novos débitos que por força da Medida Provisória não puderam ser incluídos no PRT, conforme mencionado na nota explicativa 17.

b. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2017	Baixas	31/12/2018
Passivo			
Custo atribuído	(36.908)	(894)	(36.014)
Depreciação vida útil	<u>(23.780)</u>	<u>(23.780)</u>	<u>-</u>
	(60.688)	(24.674)	(36.014)
Alíquota nominal - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(20.634)</u>	<u>(8.389)</u>	<u>(12.245)</u>

17. IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PIS/COFINS – Parcelamento PRT (i)	1.165	7.422	1.165	7.422
PIS/COFINS	3.234	1.175	3.235	1.175
PIS/COFINS - Faturados e Não Entregue	(953)	(325)	(953)	(325)
INSS – Parcelamento PRT (i)	29	363	29	363
ICMS	679	1.139	721	1.188
ICMS - Faturados e Não Entregue	(309)	(106)	(309)	(106)
ICMS – Parcelamento	5	1.008	5	1.008
Outros	<u>801</u>	<u>875</u>	<u>840</u>	<u>918</u>
	<u>4.651</u>	<u>11.551</u>	<u>4.733</u>	<u>11.643</u>
Circulante	4.651	10.439	4.733	10.531
Não circulante	-	1.112	-	1.112

- (i) Em 04 de janeiro de 2017, foi instituído o Programa de Regularização Tributária (PRT) junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da MP 766/2017, que possibilitou aos contribuintes parcelarem débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2016.

Para optar pelo Programa de Regularização Tributária (PRT), a Companhia desistiu dos parcelamentos vigentes, tendo como premissa básica o fato de que os débitos confessados à título de PIS e COFINS em DCTF, não foram objeto de qualquer alteração, nem para diminuir, nem para aumentar os débitos e tendo a possibilidade para a realização de retificações da DCTF, promoveu novamente a “desvinculação” dos DARF’s originalmente vinculados aos débitos declarados e cancelou as declarações de compensações feitas até a adesão do novo programa. Com isso, a Companhia entendeu que tornou-se devedora de débitos já declarados anteriormente a título de PIS e COFINS entre as competências de setembro de 2014 a outubro de 2016 e a título de CPRB entre as competências de outubro de 2014 a outubro de 2016. A Companhia incluiu também no PRT, débitos de IOF entre as competências de dezembro de 2013 a abril de 2017 e a título de INSS entre as competências de março de 2014 a janeiro de 2016. Ao montante dos débitos foram acrescidos juros “Selic” e multas de mora, que perfizeram na data da opção um total de débitos de R\$ 51.824.

Do montante dos débitos acima mencionados, a Companhia utilizou a compensação de 76% de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no montante de R\$ 39.409. O saldo líquido da dívida, totalizou o montante de R\$ 12.445 a serem parcelados em 24 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 31 de março de 2017 e a última, com vencimento para 28 de fevereiro de 2019.

A Administração com o suporte dos seus assessores externos, entende que possui argumentos válidos para ser considerada apta a adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT) e por conta desse forte argumento legal, desfez a contabilização de tributos ativos e passivos de parcelamentos anteriores, registrando o saldo do encontro de contas desses antigos parcelamentos versus o novo parcelamento, em rubricas específicas na Contabilidade. Os débitos dos tributos que por força da MP 766/17 não puderam ser inclusos no Programa de Regularização Tributária (PRT), voltaram para as contas correntes tributárias a recolher e totalizaram em R\$ 8.733 de principal e R\$ 10.666 atualizados até a opção do novo programa.

Com o advento do novo programa de parcelamento “MP 783”, a Companhia desistiu de parcelamentos Ordinários de PIS e COFINS e aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), incluindo o total de débitos restantes permitidos pela devida Medida Provisória. Os débitos tributários que foram objeto da adesão ao PERT, são PIS e COFINS das competências de novembro de 2016 a março de 2017 e débito de INSS (GFIP) de novembro de 2017. Ao montante dos débitos foram acrescidos juros “Selic” e multas de mora, que perfizeram na data da opção o total de débitos atualizados em R\$ 10.823.

Do montante dos débitos acima mencionados, a Companhia beneficiou-se da redução de 90% dos juros “Selic” e de 50% da multa de mora, que foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 1.213 e após esses abatimentos da dívida, a Companhia efetuou a compensação de 84% de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no montante de R\$ 9.014. O saldo líquido da dívida, totalizou o montante de R\$ 596 a serem parcelados em 5 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento para 31 de agosto de 2017 e a última, com vencimento para 31 de dezembro de 2017.

Em cumprimento da “MP 783”, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia quitou a última parcela, extinguindo o saldo da dívida com o PERT.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O capital social no montante de R\$ 100.024 é dividido em 28.784.041 ações ordinárias e 33.269.710 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 62.053.751 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de abril de 2016 o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia, à razão de 10 (dez) ações para 1 (uma), de forma que cada lote de 10 (dez) ações seja agrupado em 1 (uma) única ação, sem modificação do capital social, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 6.404/76. As frações de ações detidas por acionistas da Companhia resultantes deste procedimento de grupamento serão complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente por Kasavii Participações S.A., acionista da Karsten S.A., de forma que cada acionista da Companhia receba a fração necessária para garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ (41,93) (R\$ (33,55) em 31 de dezembro 2017.

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal não apresenta saldo por ter sido integralmente utilizada para compensar prejuízos acumulados.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010, a Companhia e suas controladas, efetuaram a avaliação dos seus terrenos pelo custo atribuído. Os bens avaliados que receberam o custo atribuído foram aqueles adquiridos até 31 de dezembro de 2008. A diferença entre o valor contábil e o valor da avaliação foram registrados na rubrica contábil “ajuste a avaliação patrimonial” líquido dos efeitos dos impostos.

## 19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Receita bruta de vendas e serviços</u>				
Mercado interno	365.314	348.317	378.543	359.965
Mercado externo	34.452	33.315	34.452	33.315
Prestação de serviços	205	73	924	884
Venda de sub-produtos	2.557	4.188	2.557	4.188
(-) Ajuste a valor presente	(178)	(273)	(178)	(273)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(25.045)</u>	<u>(16.963)</u>	<u>(32.309)</u>	<u>(25.679)</u>
Receita operacional antes dos impostos	<u>377.305</u>	<u>368.657</u>	<u>383.989</u>	<u>372.400</u>
(-) Impostos sobre vendas	<u>(65.007)</u>	<u>(61.195)</u>	<u>(67.350)</u>	<u>(62.624)</u>
Receita operacional líquida	<u>312.298</u>	<u>307.462</u>	<u>316.639</u>	<u>309.776</u>

## 20. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	(8.015)	(7.774)	(8.695)	(8.558)
Despesas com pessoal	(80.371)	(81.886)	(85.074)	(85.772)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(104.678)	(108.796)	(104.915)	(109.146)
Ajustes de inventário	1.309	1.171	1.622	1.403
Provisão para perdas nos estoques (nota 7)	(1.246)	2.241	(1.451)	2.241
Fretes e demais despesas variáveis	(12.705)	(11.111)	(12.705)	(11.116)
Comissões e indenizações a representantes	(13.379)	(12.955)	(13.855)	(13.551)
Despesas com vendas e marketing	(10.300)	(10.733)	(11.624)	(12.112)
Aluguéis e utilidades	(11.809)	(12.802)	(13.523)	(14.481)
Serviços profissionais	(17.143)	(18.171)	(17.864)	(18.865)
Outros Gastos	<u>(21.999)</u>	<u>(21.629)</u>	<u>(22.527)</u>	<u>(22.637)</u>
	<u>(280.336)</u>	<u>(282.445)</u>	<u>(290.611)</u>	<u>(292.594)</u>
Classificadas como:				
Custos dos produtos vendidos	(180.619)	(186.637)	(180.530)	(186.582)
Despesas com vendas	(69.062)	(63.932)	(79.002)	(72.745)
Despesas gerais e administrativas	<u>(30.655)</u>	<u>(31.876)</u>	<u>(31.079)</u>	<u>(33.267)</u>
	<u>(280.336)</u>	<u>(282.445)</u>	<u>(290.611)</u>	<u>(292.594)</u>



## 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros recebidos	1.631	1.136	1.397	959
Descontos recebidos	184	152	196	158
Variações cambiais ativas	4.264	1.774	4.264	1.774
Rendimentos de aplicações financeiras	104	264	668	825
Ajuste a Valor Presente	(925)	511	(925)	511
Outras receitas financeiras	<u>13</u>	<u>14</u>	<u>13</u>	<u>14</u>
	<u>5.271</u>	<u>3.851</u>	<u>5.613</u>	<u>4.241</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e encargos	(1.741)	(4.137)	(1.857)	(4.254)
Descontos concedidos	(3)	(1)	(3)	-
Variações cambiais passivas	(2.833)	(2.221)	(2.833)	(2.221)
Despesas bancárias	(399)	(698)	(841)	(816)
Encargos financeiros com financiamentos	(778)	(3.355)	(778)	(3.742)
Encargos financeiros com debêntures	(97.526)	(88.418)	(97.526)	(88.418)
Ajuste a Valor Presente	1.170	(459)	1.170	(459)
Outras despesas financeiras	<u>(1.659)</u>	<u>(1.300)</u>	<u>(2.082)</u>	<u>(1.880)</u>
	<u>(103.769)</u>	<u>(100.589)</u>	<u>(104.750)</u>	<u>(101.790)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(98.498)</u>	<u>(96.738)</u>	<u>(99.137)</u>	<u>(97.549)</u>

## 22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Outras receitas</u>				
Incentivos fiscais	239	1.332	239	1.332
Receita na venda de ativo imobilizado, intangível e biológico	174	72	84	72
Vendas de subprodutos	520	2.276	520	2.276
Receita de energia de reserva	409	1.359	409	1.359
PIS e Cofins sobre depreciação	579	78	579	78
Aluguéis recebidos	32	259	32	259
Ganho de Processos Tributários	8.401	21.379	8.401	21.379
Recuperação de créditos PIS e COFINS	5.967	-	5.967	-
Outras receitas	<u>7.704</u>	<u>5.403</u>	<u>8.472</u>	<u>6.667</u>
	<u>24.025</u>	<u>32.158</u>	<u>24.703</u>	<u>33.422</u>
<u>Outras despesas</u>				
Custo referente baixa de ativo imobilizado, intangível e biológico	(160)	(358)	(779)	(461)
Perda do valor não recuperável intangível	-	-	-	-
Perdas e impostos sobre Vendas Diversas	(430)	(3.427)	(431)	(3.437)
Provisão para perda com desvalorização de ativos	-	-	-	-
Reversão de verbas de publicidade	-	779	-	779
Outras despesas	<u>(3.004)</u>	<u>(2.632)</u>	<u>(3.373)</u>	<u>(2.902)</u>
	<u>(3.594)</u>	<u>(5.638)</u>	<u>(4.583)</u>	<u>(6.021)</u>
Outros resultados líquidos	<u>20.431</u>	<u>26.520</u>	<u>20.120</u>	<u>27.401</u>

## 23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gerenciamento do risco financeiro

#### Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco liquidez
- Risco operacional

Essa nota apresenta (i) informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas à cada um dos riscos supramencionados; (ii) os objetivos da Companhia e suas controladas; (iii) as políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e; (iv) o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

#### Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco que orientam em relação a transações e requerem a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade e exposição das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

A diretoria executiva examina e revisa informações financeiras incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de riscos.

#### a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) *Risco cambial*

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A Administração estabeleceu uma política que admite uma exposição cambial de até US\$ 4 milhões de dólares para mais ou para menos, considerando-se a diferença entre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira. De acordo com a política da Companhia e suas controladas são vedadas a utilização de qualquer instrumento financeiro indexado a moedas estrangeiras para outros fins que não os de proteção cambial.

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólar americano) nos montantes descritos a seguir.

Exposição cambial líquida

	Controladora e Consolidado							
	31/12/2018				31/12/2017			
	Moeda Estrangeira				Moeda Estrangeira			
	CHF	EUR	USD	Reais	CHF	EUR	USD	Reais
<u>Ativo</u>								
Caixa	-	-	12	45	-	-	12	45
Contas a receber	-	-	2.161	8.375	-	-	2.161	8.375
Importações em andamento	<u>5</u>	<u>558</u>	<u>934</u>	<u>6.115</u>	<u>5</u>	<u>558</u>	<u>934</u>	<u>6.115</u>
	<u>5</u>	<u>558</u>	<u>3.107</u>	<u>14.535</u>	<u>5</u>	<u>558</u>	<u>3.107</u>	<u>14.535</u>
<u>Passivo</u>								
Fornecedores	-	-	(748)	(2.896)	-	-	(748)	(2.898)
Comissões a pagar	-	-	<u>(27)</u>	<u>(105)</u>	-	-	<u>(27)</u>	<u>(105)</u>
	-	-	<u>(775)</u>	<u>(3.001)</u>	-	-	<u>(775)</u>	<u>(3.003)</u>
Exposição líquida	<u>5</u>	<u>558</u>	<u>2.332</u>	<u>11.534</u>	<u>5</u>	<u>558</u>	<u>2.332</u>	<u>11.532</u>

(ii) *Risco com taxa de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

(iii) *Análise de sensibilidade*

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP. Em 31 de dezembro de 2018 a Administração considerou como cenário provável para análise de sensibilidade a taxa de CDI de 6,40 % a.a. e TJLP de 6,72 % a.a.. Um total de empréstimos de R\$ 4.219 é corrigido por taxa fixa e por isso não está sujeito à análise de sensibilidade.

Além disso, a Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2018 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa média projetada pelo mercado de R\$ 3,88 para Dólar e de R\$ 4,44 para Euro.

Os cenários a seguir foram estimados para o período de um ano:

		Consolidado						
31/12/2018		Risco	Provável		25%		50%	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Taxa de Juros								
Operação								
Aplicações financeiras	5.156	Baixa do CDI	6,40	-	8,00	82	9,60	165
Empréstimos	484.643	Alta do CDI	6,40	-	8,00	7.754	9,60	15.509
Operação								
Empréstimos	22	Alta da TJLP	6,72	-	8,40	-	10,08	1
Total	489.821			-		7.836		15.675

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes.

A Política de Crédito do mercado interno segue os preceitos da Política de Crédito e Cobrança da Companhia e suas controladas. Toda a carteira de clientes ativos é gerenciada diariamente por informações internas e por um critério de classificação e de pontuação do comportamento do cliente no mercado. Conforme o grau de risco, a classificação e pontuação do cliente aumentam ou diminuem; nesta última situação o cliente é reanalisado para liberação ou bloqueio. Este procedimento é realizado para clientes com pedidos em carteira e no processo produtivo. Neste caso se a classificação altera para risco muito alto, o sistema informatizado sinaliza e toda mercadoria alocada ao cliente é direcionada para outro cliente.

(i) *Contas a receber de clientes e outros créditos*

Todos os clientes possuem um limite de crédito definido conforme os critérios de alçada de limite da política de crédito. Qualquer mudança que altere o cenário de risco do cliente pode gerar uma nova reavaliação, adequando o crédito à nova situação.

Concedido o crédito, os clientes com pedidos possuem acompanhamento e atualização das informações internas e do mercado, avaliando periodicamente os níveis de riscos e se os pontos positivos avaliados anteriormente permanecem. A avaliação de riscos de crédito é feita de forma clara e objetiva observando os riscos internos e externos.

Portanto, os riscos que a Companhia e suas controladas avaliam são com evidências e fatos que tenham a previsibilidade de ocorrência e que possam ser mensurados com maior proximidade do realismo e segurança.

(ii) *Equivalentes de caixa*

A Companhia monitora ativamente as suas posições e a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(iii) *Exposição ao risco de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	307	898	2.020	1.667
Aplicações financeiras	1.682	1.657	5.156	3.180
Contas a receber de clientes	146.089	138.735	103.052	110.985
Outras contas a receber	<u>6.260</u>	<u>10.800</u>	<u>6.553</u>	<u>10.856</u>
	<u>154.338</u>	<u>152.090</u>	<u>116.781</u>	<u>126.688</u>

(iv) *Perdas por redução ao valor recuperável de ativos*

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

c. Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas, cumprimento de cláusulas e das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	487.031	1.983	-
Fornecedores	52.978	1.119	-
Outras contas a pagar	<u>23.527</u>	<u>1.022</u>	<u>-</u>
	<u>563.536</u>	<u>4.124</u>	<u>=</u>
Em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	396.088	2.257	1.983
Fornecedores	49.207	1.621	-
Outras contas a pagar	<u>30.321</u>	<u>1.021</u>	<u>-</u>
	<u>475.616</u>	<u>4.899</u>	<u>1.983</u>
	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	487.031	1.983	-
Fornecedores	28.425	1.119	-
Outras contas a pagar	<u>25.787</u>	<u>1.022</u>	<u>-</u>
	<u>541.243</u>	<u>4.124</u>	<u>=</u>
Em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	396.088	2.257	1.983
Fornecedores	24.842	1.621	-
Outras contas a pagar	<u>32.683</u>	<u>1.021</u>	<u>-</u>
	<u>453.613</u>	<u>4.899</u>	<u>1.983</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar os riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e suas controladas para a administração de riscos operacionais.

e. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrarem seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Total dos Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 14)	488.884	400.328	488.884	400.328
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(307)	(898)	(2.020)	(1.667)
(-) aplicações financeiras (nota 5)	<u>(1.682)</u>	<u>(1.657)</u>	<u>(5.156)</u>	<u>(3.180)</u>
Dívida líquida	<u>486.895</u>	<u>397.773</u>	<u>481.708</u>	<u>395.481</u>

Para diminuir o grau de endividamento bancário a Companhia adotou diversas ações onde destaca as principais:

- redução de custos e despesas através do orçamento matricial;
- reestruturações no modelo de negócio para alavancar receitas: Abertura de lojas com ênfase no varejo;
- redução gradual das linhas com menores margens, objetivando melhorar as margens de lucratividade.

f. Classificação dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- aplicações financeiras - são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado.
- contas a receber - são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- Valores a receber de partes relacionadas - são classificados como mensurados aos custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- Empréstimos - são classificados como outros passivos financeiros ao custo amortizado, e são contabilizados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis.



- Valores a pagar a partes relacionadas são classificados como mensurados ao custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos atribuíveis a transação. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

#### Instrumentos financeiros por categoria

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Classificação</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b><u>Ativos financeiros não derivativos</u></b>					
Equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado	208	826	1.856	1.508
Aplicações financeiras (nota 5)	Custo amortizado	1.682	1.657	5.156	3.180
Contas a receber (nota 6)	Custo amortizado	146.089	141.619	103.052	113.869
Outros ativos	Custo amortizado	6.108	7.414	6.401	7.863
		<u>154.087</u>	<u>151.516</u>	<u>116.465</u>	<u>126.420</u>
<b><u>Passivos financeiros não derivativos</u></b>					
	<u>Classificação</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores (nota 13)	Custo amortizado	(29.544)	(26.463)	(29.544)	(26.463)
Outras contas a pagar	Custo amortizado	(26.809)	(33.704)	(26.809)	(33.704)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 14)	Custo amortizado	(488.884)	(400.328)	(488.884)	(400.328)
Outros passivos	Custo amortizado	(2.264)	(4.643)	(2.410)	(5.110)
		<u>(547.501)</u>	<u>(465.138)</u>	<u>(547.647)</u>	<u>(465.605)</u>
<b>Total dos ativos e passivos financeiros líquidos</b>		<u>(393.414)</u>	<u>(313.622)</u>	<u>(431.182)</u>	<u>(339.185)</u>

#### Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos em aberto.

## 24. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Em 05 de dezembro de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um único Plano de Opção de Compra de Ações aos administradores da Companhia.

A outorga de Opções dentro do Plano Geral confere direitos sobre um número de ações de emissão da Companhia, observado o limite de 4.806.935 ações ordinárias e 5.556.976 ações preferenciais, mantida sempre a proporcionalidade atual entre as ações ordinárias e as ações preferenciais. Cada Opção de Compra outorgada permitirá ao Beneficiário o direito de subscrever uma ação da Companhia.

O preço a ser pago para a Companhia quando do exercício das Opções outorgadas será determinado de acordo com o resultado da aferição do parâmetro de desempenho a seguir descrito, a ser calculado na data do exercício da Opção: soma da ROL de 2014 até o último dia do respectivo período de aquisição do direito, dividido pelo lucro bruto apurado no mesmo intervalo de tempo. O resultado em reais apurado sofrerá um deságio de 20% e será representativo do preço a ser pago por cada lote de 10.000 ações.

As regras do Plano de Opção propõem que as Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de outorga do Plano. Foi fixado o seguinte prazo de carência para o exercício de Opções de Compra:

<b>Períodos para aquisição do direito ao exercício das opções</b>	<b>Prazos de Carência para o exercício das opções</b>	<b>Percentual de opções liberado para exercício</b>	<b>Quantidade de dias úteis *</b>
Primeiro Período – exercício social de 2016	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2016	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	543
Segundo Período – exercício social de 2017	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2017	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	792
Terceiro Período – exercício social de 2019	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2019	37,50% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	1.296

\* As Opções de Compra poderão ser exercidas em até 30 (trinta) dias contados da data da AGE em que se tornam exercíveis. Caso o Beneficiário não exerça as Opções de Compra dentro deste prazo, estas opções serão consideradas extintas, de pleno direito.

O Beneficiário deverá pagar o preço da Opção de Compra à vista, nos termos do Plano de Opção.

O valor justo médio ponderado foi determinado com base no método Black & Scholes European Style Options, considerando os seguintes fatores:

<b>Código da ação</b>	<b>Tipo da ação</b>	<b>Prazo da opção (em dias úteis)</b>	<b>Quantidade de opções</b>	<b>Volatilidade da ação (%)</b>	<b>Taxa de juros livre de risco (%)</b>	<b>Preço da ação</b>	<b>Preço do exercício</b>	<b>Precificação da Opção</b>	<b>Diferença da Opção</b>	<b>Valor a apropriar em (R\$ mil)</b>
CTKA 3	Ordinária	543	1.502.168	430,18%	12,73%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.253
CTKA 3	Ordinária	792	1.502.168	430,18%	12,55%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.253
CTKA 3	Ordinária	1296	1.802.599	430,18%	12,19%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.704
CTKA 3	Preferencial	543	1.736.556	135,26%	12,73%	0,36	0,0002	0,36	0,15	625
CTKA 3	Preferencial	792	1.736.556	135,26%	12,55%	0,36	0,0002	0,36	0,21	625
CTKA 3	Preferencial	1296	2.083.864	135,26%	12,19%	0,36	0,0002	0,36	0,29	750
			<u>10.363.911</u>							<u>9.210</u>

A reserva registrada no patrimônio líquido, acumulada desde o seu lançamento (05 de dezembro de 2014) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 8.526.

## 25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS CONSOLIDADOS

A Administração da Companhia definiu que os mercados de atuação estão segmentados em Indústria e Varejo.

	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	Consolidado 01/01/2018 á 31/12/2018
Receita líquida de vendas	300.003	16.636	316.639	316.639
Custo dos produtos vendidos	(167.444)	(13.086)	(180.530)	(180.530)
Lucro bruto	132.559	3.550	136.109	136.109
Contas a receber de clientes	100.218	2.834	103.052	103.052
Contas a pagar de fornecedores	28.732	812	29.544	29.544
Imobilizado	122.290	3.458	125.748	125.748

	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	Consolidado 01/01/2017 á 31/12/2017
Receita líquida de vendas	295.474	14.302	309.776	309.776
Custo dos produtos vendidos	(175.399)	(11.183)	(186.582)	(186.582)
Lucro bruto	120.075	3.119	123.194	123.194
Contas a receber de clientes	108.177	2.808	110.985	110.985
Contas a pagar de fornecedores	25.793	670	26.463	26.463
Imobilizado	116.719	3.030	119.749	119.749

Além das receitas líquidas de vendas acima apresentadas, a Companhia e suas controladas obtiveram receitas de serviços R\$ 924 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 884 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela diretoria-executiva.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhum cliente que represente mais de 10% das receitas totais.

A Companhia efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de produto industrializado e vendas no varejo, independentemente de sua localização geográfica.

## 26. INCENTIVOS FISCAIS

A controlada Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda. goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos na comercialização de produtos. Esses incentivos, consistem na redução de 69,75% do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) tendo como base o valor do imposto a pagar. A controlada não utilizou o incentivo nesse exercício.

A controlada Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda. goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos na comercialização de produtos. Esses incentivos consistem na redução de 60% do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) tendo como base o valor do imposto a pagar. Nos anos de 2015, 2016 e 2017 a controlada não apurou incentivos.

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos nas compras e comercialização de produtos. Esses incentivos consistem em diferimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas aquisições de produtos dentro do Estado e redução do valor a pagar sobre a apuração fiscal. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apurou o valor de R\$ 16.225 (R\$ 17.423 em 31 de dezembro 2017) registrados contabilmente como redutora de impostos sobre vendas – ICMS.

As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado do exercício e submetida à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

## 27. RESULTADO POR AÇÃO

Básico e diluído

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia e suas controladas, pela quantidade média ponderada das ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Cálculo do lucro/prejuízo básico por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício atribuível aos detentores de ações:	(52.684)	(523)
Ações ordinárias e preferenciais	<u>6.205</u>	<u>6.205</u>
Resultado líquido por ação básico - R\$	<u>(8,49)</u>	<u>(0,08)</u>

### Cálculo do lucro/prejuízo diluído por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício atribuível aos detentores de ações:	(52.684)	(523)
Número médio ponderado de ações em circulação - básico	6.205	6.205
Número de ações potenciais (opções de ações)	1.036	1.036
Número médio ponderado de ações em circulação - diluído	<u>7.241</u>	<u>7.241</u>
Resultado líquido diluído por ação - R\$	<u>(7,28)</u>	<u>(0,07)</u>

## 28. COMPROMISSOS

### a. Compromissos para aquisição de ativos

A Companhia possui contratos para aquisição de ativos para 31 de dezembro de 2018, sendo que estes não foram incorridos até o encerramento do exercício.

	Controladora e Consolidado
Máquinas e Equipamentos	<u>1.834</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.834</u>

### b. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel de lojas, onde atuam como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendados. Os pagamentos são contabilizados no resultado do exercício, de forma linear, durante os períodos de vigência desses contratos.

### c. Outros compromissos

A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados com fornecedores, os quais preveem penalidades para a Companhia e suas controladas em caso de descontinuidade antecipada desses contratos conforme a seguir:

Contratos de Algodão: Caso a Companhia não cumpra os contratos de algodão e este contrato estiver registrado em bolsa, este contrato vai para arbitragem (na Bolsa onde o contrato foi registrado) e se a parte faltante não cumprir o determinado pelo laudo arbitral ela se torna inadimplente perante o mercado de algodão. De posse do laudo arbitral, a parte ganhadora pode entrar na justiça comum contra a parte faltante.

## 29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais é de R\$ 915.415 para a totalidade das empresas do grupo.

É composta de R\$ 678.797 para danos materiais e R\$ 236.618 para lucros cessantes (limite máximo indenizável de R\$ 351.618). A cobertura de seguros contra responsabilidade civil é de R\$ 22.000.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

---